



Processo nº 11610.001456/2011-96
Recurso Embargos
Acórdão nº 2401-006.795 – 2^a Seção de Julgamento / 4^a Câmara / 1^a Turma Ordinária
Sessão de 06 de agosto de 2019
Embargante FAZENDA NACIONAL
Interessado LUIZ FERNANDO MUSSOLINI JÚNIOR

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Exercício: 2008

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO NO JULGADO. LAPSO MANIFESTO. CABIMENTO.

Os embargos de declaração têm por finalidade a eliminação de obscuridade, contradição e omissão existentes no julgado, e, ainda, por construção pretoriana, a correção do erro material, sendo certo que a atribuição de efeitos infringentes constitui medida excepcional apenas para atender à necessidade de solucionar tais defeitos. Verificada a obscuridade e contradição no julgado, acolhem-se os embargos para sanar os vícios constatados e esclarecer a decisão embargada.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, acolher os embargos, sem efeitos infringentes, para, sanando a obscuridade apontada, ratificar o dispositivo do acórdão embargo e alterar a fundamentação do julgado, conforme detalhado no voto.

(assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier – Presidente

(assinado digitalmente)

Luciana Matos Pereira Barbosa - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Miriam Denise Xavier (Presidente), Cleberson Alex Friess, Andréa Viana Arrais Egypto, Luciana Matos Pereira Barbosa, José Luís Hentsch Benjamin Pinheiro, Matheus Soares Leite, Rayd Santana Ferreira e Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez (Suplente Convocada), ausente a Conselheira Marialva de Castro Calabrich Schlucking.

Relatório

Trata-se de Embargos de Declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) contra acórdão proferido pela 1^a Turma Ordinária da 4^a Câmara da 2^a Seção, onde se alega obscuridade e contradição.

Esta 1^a Turma Ordinária da 4^a Câmara da 2^a Seção exarou o Acórdão n.º 2401-005.898, em 04/12/2018, fls. 133/138, dando provimento parcial ao recurso voluntário, nos termos da ementa a seguir transcrita:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF

Ano-calendário: 2008

DEDUÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA CABIMENTO São dedutíveis na Declaração de Imposto de Renda os pagamentos efetuados a título de pensão alimentícia, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente e desde que devidamente comprovados, nos termos do art. 8º, II, f, da Lei n.º 9.250/95. A dedução alcança acordos homologados por sentença para pagamento de verbas vencidas.

DESPESAS MÉDICAS. RECIBOS GLOSADOS POR NÃO ATENDER REQUISITOS LEGAIS Para validade de recibos de despesas médicas, é essencial o preenchimento dos requisitos elencados na Portaria 376 de 03 de outubro de 2000, emitida pela Secretaria de Assistência à Saúde, do Ministério da Saúde. Na ausência dos elementos legais, o recibo deve ser desconsiderado.

ÔNUS DA PROVA DO CONTRIBUINTE.

Pertence ao contribuinte o ônus probatório acerca da validade dos documentos por ele apresentados, não cabendo ao Fisco o dever de diligenciar junto ao emitente dos recibos.

A embargante indicou obscuridade em relação à extensão do julgado e contradição entre a fundamentação e a conclusão do voto condutor, ponderando que o provimento do recurso voluntário deveria ser negado, com a manutenção das glosas.

Segundo os fundamentos do acórdão, foi mantida integralmente a decisão proferida pela DRJ. Contudo, a parte dispositiva do acórdão prescreveu restabelecimento de glosas não canceladas na primeira instância de julgamento e provimento parcial do recurso voluntário, conforme segue:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso voluntário para restabelecer a glosa de R\$ 100.000,00 relativa à pensão alimentícia e a glosa referente ao recibo no valor de R\$ 700,00 emitido pela Dra. Yramaia.

Assim, restou caracterizada a obscuridade e contradição do acórdão, nos termos do caput do Art. 65 do RICARF, sendo necessário que esta 1^a Turma Ordinária da 4^a Câmara da 2^a Seção julgue os embargos.

É o relatório.

Voto

Conselheira Luciana Matos Pereira Barbosa

DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

Os presentes embargos são tempestivos, razão pela qual CONHEÇO DO RECURSO já que presentes os requisitos de admissibilidade.

2. DO MÉRITO

Em análise do presente Embargo de Declaração observou-se que há obscuridade em relação à extensão do julgado e contradição entre a fundamentação e a conclusão do voto condutor. Na extensão do julgado foi mantida integralmente a decisão proferida pela DRJ de negar provimento a recurso, contudo, a parte dispositiva do acórdão prescreveu restabelecimento da glosa de R\$ 100.000,00 relativa à pensão alimentícia e a glosa referente ao recibo no valor de R\$ 700,00 emitido pela Dra. Yramaia, dando provimento parcial ao recurso voluntário.

Da análise de todos os elementos constantes dos autos e do que restou decidido por este Colegiado quando foi proferido o Acórdão n.º 2401-005.898, de 04/12/2018 (fls. 133/138), verifica-se que restou comprovada a pertinência dos restabelecimento das glosas deferidas naquela ocasião.

Todavia, como o voto inicialmente apresentado ao colegiado negava provimento ao recurso, esta relatora, por lapso no momento de salvar o arquivo alterado para dar provimento parcial, acabou por não realizar a ação na forma devida e as alterações realizadas não foram salvas, razão pela qual se manteve equivocadamente, na extensão do julgado, a fundamentação do voto original que negava provimento ao recurso.

Este Colegiado, naquela ocasião, após os debates, decidiu pelo provimento parcial do recurso voluntário, inclusive esta Relatora, restabelecendo a glosa de R\$ 100.000,00 relativa à pensão alimentícia e a glosa referente ao recibo no valor de R\$ 700,00 emitido pela Dra. Yramaia.

Assim, para sanar a obscuridade e contradição apontadas, a extensão do voto passa a adotar a seguinte fundamentação:

Em que pese o douto entendimento proferido pela instância *a quo*, esta relatora diverge quanto ao encaminhamento adotado em relação às glosas de pensão alimentícia judicial e despesas com saúde com a dentista - Dra. Yramaia Tosianseloni de Poian, passando a adotar como razões de decidir os fatos e fundamentos a seguir expostos, em substituição à extensão do julgado constante do Acórdão n.º 2401-005.898, em 04/12/2018, fls. 133/138, mantendo inalterada a conclusão do voto condutor :

MÉRITO

2.1 – Da glosa sobre pensão alimentícia

Da análise dos autos se observa que os alimentos em debate foram prestados após o conhecimento serôdio da paternidade do recorrente em relação ao alimentado.

O ponto controvertido reside na natureza jurídica das verbas pagas nos autos da ação de reconhecimento de paternidade, se de natureza alimentar ou indenizatória.

O acordo firmado entre as partes e homologado judicialmente contemplou a resolução de duas ações: ação de reconhecimento de paternidade e ação de execução de alimentos. A primeira possui efeitos declaratórios e constitutivos, já a segunda possui efeitos obrigacionais/cominatórios. No presente caso é incontestável que não se transacionou o objeto da ação de reconhecimento de paternidade, já que o acordo só foi firmado após a realização de exames de DNA que comprovaram a paternidade do Recorrente em relação ao autor das referidas ações.

Assim, diante da declaração de um fato jurídico, surgiu a obrigação do Recorrente em pagar alimentos ao seu filho e foi em relação à esta obrigação que se transacionou dois aspectos fundamentais da verba alimentar: período de pagamento da obrigação e o valor dessas verbas.

O mencionado acordo judicial, assim dispôs sobre as circunstâncias jurídicas hora narradas:

“ Em consequência de tal reconhecimento e no intuito de definir a questão alimentar o réu pagará ao Autor a importância de R\$ 100.000, 00 (cem mil reais), em 2 (duas) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cada uma, devendo a primeira ser depositada no dia 13 de julho próximo, e a segunda no dia 13 de agosto de 2007, diretamente na conta corrente do autor, no Banco do Brasil, Agência 1197-5, conta nº 31941-4.”

Em momento algum se teve notícia que o autor (filho do recorrente) teria movido ação de indenização contra seu pai, nem tampouco há qualquer menção de pagamento de verba indenizatória, inexistindo margem para dúvidas sobre a natureza jurídica da verba alimentar paga.

Assim, *data máxima venia*, ao contrário do que decidiu a primeira instância, é nítido que a verba paga possui caráter alimentar, tanto pela sua natureza intrínseca como pela literalidade do texto consignado e homologado em Juízo, preenchendo assim os requisitos da alínea “f”, inciso II, do artigo 8º da Lei nº 9.250/95.

Pelos motivos expostos restabeleço a glosa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) relativa à pensão alimentícia.

2.2 – Da glosas referentes as despesas com saúde – Dra. Yramaia Tosianseloni de Poian.

Na mesma linha de divergência seguiu o entendimento desta Relatora no que se refere à dedução de despesa com saúde da dentista – Dra Yramaia T. Poian.

Inicialmente, cumpre registrar que a negativa de provimento antes da decisão de primeira instância, fundou-se no fato de que o recibo emitido pela referida profissional de saúde, constante às fls. 36 dos presentes autos, não fez constar o nome do pagador.

Todavia o mencionado recibo foi complementado pela referida profissional, que inclusive rubricou o documento ao lado da inserção do nome do Recorrente (fls.66)

Ocorre que, mesmo assim, a DRJ manteve entendimento pela sua inaceitabilidade, tendo em vista que, como pairou dúvidas que o recibo fora emitido para o Recorrente, esse deveria ter cercado de mais precauções e ter carreado mais elementos de provas capazes de inferir a certeza do efetivo pagamento, e assim manteve o pagamento.

Em que pese o duto entendimento adotado pela da instância de piso, após a análise do referido documento, entendo que o mesmo está revestido das formalidades necessárias, aptas a demonstrarem a efetiva prestação do serviço.

Caso fosse de interesse da autoridade fiscal e/ou dos íclitos julgadores a apresentação de outros elementos de prova, que não o fato pontual mencionado para sua recusa (não constar o nome do pagador), deveriam ter solicitado expressamente sua apresentação, seja por notificação emitida pelo fiscal autuante, seja por diligência solicitada da DRJ.

Como a motivação por sua recusa foi o fato de não constar o nome do pagador, entende-se que o Recorrente, objetivando sanar o óbice apontado, se movimentou apenas para

suprir essa falha denunciada. Soma-se ainda que o recibo retificado, corrobora a certeza de efetiva prestação do serviço, atendendo ao disposto, no tocante à dedução de despesas médicas, ao disposto na alínea “a”, inciso II, artigo 8º da Lei nº 9.250/95, que estabeleceu no artigo 8º a base de cálculo do imposto devido, e, em seu inciso II apontou as deduções relativas e seus requisitos, todas sujeitas a comprovação, como ocorreu no presente caso.

Saliente-se que em relação às demais glosas de despesas de saúde, está Relatora mantém o decidido pela instância de piso.

3. CONCLUSÃO

Pelos motivos expostos, acolho os Embargos, sem efeitos infringentes, para, sanando a obscuridade apontada, ratificar o dispositivo do acórdão embargo e alterar a fundamentação do julgado, conforme detalhado no voto.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Luciana Matos Pereira Barbosa - Relatora